

QUE PATRIMÔNIO É ESSE? POLÍTICAS PATRIMONIAIS EM GRAVATAÍ-RS

HELENA THOMASSIM MEDEIROS; DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA²;
DIEGO LEMOS RIBEIRO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – helena_tm@outlook.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – dlrmuseologo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Os bens patrimoniais escolhidos para representar uma comunidade revelam muito sobre sua história, mas falam mais ainda sobre seu presente e quais narrativas escolhemos para nos representar. Os motivos para essas seleções podem parecer óbvios, porém costumam estar atrelados a processos complexos de dominação, esquecimento e criam um discurso autorizado sobre o passado que pode não gerar ressonâncias em sua população no presente.

Partindo desses pressupostos, iniciaram-se estudos sobre os bens patrimonializados da cidade de Gravataí, buscando entender quais seriam as patrimonialidades possíveis de gerar ressonância e sentimento de pertencimento nesta população. O presente resumo apresenta considerações acerca de uma tese de doutorado em andamento dentro do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O intuito é de descrever a narrativa construída sobre o passado através da patrimonialização (POULOT, 2009) para compreender as lacunas e conflitos imersos neste processo, identificando o discurso autorizado do patrimônio (SMITH, 2009), que é construído em oposição à história da cidade, observando aspectos que podem desencadear na perda eminente de alguns bens. Desta forma, novas percepções de patrimonialidades emergentes, vinculadas a diferentes identidades e memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), contribuiriam para operacionalizar uma perspectiva de patrimônio vivo.

2. METODOLOGIA

A metodologia proposta é baseada no critério qualitativo. Os procedimentos técnicos consistem em levantamento bibliográfico, pesquisa documental, estudo de caso, entrevistas e a pesquisa participante. A pesquisa documental e bibliográfica, utiliza documentação indireta, na qual o foco são as fontes primárias – reportagens de jornais, inventários, documentações de tombamentos e informações obtidas através de documentos do Museu e Arquivo Municipal – e secundárias, por meio da publicação de livros, artigos, dissertações, teses e materiais de audiovisual, que possam apresentar informações relevantes para as análises propostas.

A pesquisa participante envolve a produção de materiais sobre a cidade, artigos, documentos, ofícios, livro, jogo, exposições, vídeos, publicações, entre outros; a inserção no Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC) entre os anos de 2022 e 2024; organização e participação na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC; realização de ações para o Dia Estadual do Patrimônio de 2022 e 2023, o Dia dos Museus de 2023, organização de um Painel sobre Patrimônio para Feira do Livro de 2024; presença em entrevistas, no evento do Dia Estadual do Patrimônio de 2024, na Setorial de Patrimônio Material e

Imaterial do CMPC. Deste modo, o trabalho ganha dimensões que vão além de um estudo acadêmico, passando a ser parte de um ativismo cultural.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gravataí faz parte da região metropolitana de Porto Alegre e chegou a ser o maior aldeamento indígena do Rio Grande do Sul no período colonial (KÜHN, 2011). Nessa cidade foi fundado o primeiro educandário, a primeira rodovia pavimentada (ROSA, 1987; MARTHA; MARTHA, 2022). É, atualmente, um polo industrial e uma das maiores economias do Estado. Entretanto, seu patrimônio e história não são amplamente conhecidos pela população, tendo bens em graves níveis de deterioração, e o único Museu municipal, que funciona com o Arquivo Histórico, desmantelado desde 2018, fazendo pouco mais de 10 anos que havia passado por uma reestruturação devido à um incêndio em 1997.

Buscando relacionar este cenário com as críticas constantemente feitas à falta de conscientização e cuidado com os patrimônios, tentamos entender o que seriam as narrativas deixadas à margem que poderiam representar essa comunidade. No decorrer do processo identificamos um esvaziamento das narrativas negras e indígenas da historiografia e discurso patrimonial oficial, ao passo que o tema, principalmente ligado ao movimento negro, surge em iniciativas culturais de produtores locais frequentemente. A questão da colonialidade (QUIJANO, 2005; MALDONATO-TORRES, 2018) passou a ser pautada no trabalho em desenvolvimento enquanto uma das possibilidades para a falta de identificação da comunidade com os patrimônios, levando ao descaso.

Todavia, o que parece simples nunca é de fato. Ao analisarmos as políticas culturais das últimas gestões governamentais, identificamos que há uma intencionalidade, um projeto político que tenta moldar um futuro no qual a participação popular é irrelevante diante das necessidades de empresários do setor privado. Esse projeto político de privatização passa pelos bens históricos; pela falta de pesquisas e transparência nos processos; desinteresse em atender aos anseios da população; somados à um colonialismo imperante que se reflete no machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa, processos de gentrificação etc. Algumas consequências são: a poluição de rios, a autorização de desmatamento em toda a cidade e, recentemente, o uso de Áreas de Preservação Ambiental para construções que servem à meio dúzia de ricos, ignorando os pedidos da população e qualquer bom senso em relação aos desastres climáticos que temos vivenciado no Estado.

No primeiro momento do trabalho, tivemos como resultados a sistematização de listas dos bens patrimonializados, tanto pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí (no quais o processo envolvia pesquisas e registros no livro tomo do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca), quanto pela Câmara de Vereadores e Poder Executivo (iniciativas que envolvem bens que não apresentam pesquisas ou históricos que justifiquem sua patrimonialização, assim como outras que tornaram-se patrimônio por decreto, nos quais as pesquisas ainda estão em andamento). Buscamos – através de entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental, análise e sistematização de projetos realizados por agentes culturais locais – indícios de bens e narrativas que possuiriam potencial patrimonial, empregando nessas análises os conceitos de patrimonialização e patrimonialidade (POULOT, 2009).

Por meio desta primeira organização, procuramos relacionar os conflitos envoltos nestas escolhas, chegando à questão da colonialidade enquanto vetor da

exclusão e valorização de determinadas narrativas. Percebe-se uma grande discrepância em relação a exaltação da memória e cultura açorianas na cidade, ao passo que o movimento negro reforça sua presença através de mecanismos, muitas vezes, não oficiais.

Essas discrepâncias são alimentadas pelas instituições de poder, seja para manter velhos mecanismos de exclusão ou para servir aos interesses econômicos. As instâncias de poder acatam ou não as solicitações populares. A depender de seus interesses, pode ser que uma ação seja usada de exemplo e ganha menção honrosa na Câmara de Vereadores, ao passo que outras são vetadas e sua realização é deliberadamente dificultada pelo poder público. O que nos leva a um segundo viés de análise, que implica nas políticas públicas do setor cultural, leis que são descumpridas, instituições que são extintas, sem que as devidas explicações sejam dadas à população, que é obrigada a acompanhar de forma passiva a venda da cidade.

4. CONCLUSÕES

Tais resultados levam ao questionamento que nomeia esse recorte temático: que patrimônio é esse? Não podemos separar a ideia de patrimônio do seu viés político e social, pois reconhecer um bem é legitimar um povo, uma cultura. Entretanto, também é usado para mecanismos que privilegiam interesses particulares daqueles que tem poder de propor e aprovar as próprias leis. Essa pesquisa não representa apenas um trabalho acadêmico, mas é o registro da forma como as decisões são tomadas em uma cidade que, infelizmente, não é a única a sofrer com tais dificuldades em sua estrutura.

A pesquisa em andamento representa a criação de um material que pode auxiliar a cidade de Gravataí, futuros pesquisadores, funcionários que não acompanharam as transformações do setor cultural, e a própria população, pois apresenta a sistematização das leis que abrangem o tema cultura e patrimônio; alguns aspectos relacionados à história das conquistas e perdas da área na cidade; a listagem de bens patrimonializados; o registro de iniciativas vinculados à preservação da memória de grupos historicamente marginalizados. Além dos textos de cunho acadêmico que vem sendo produzidos, as ações realizadas no decorrer da pesquisa participante têm o potencial para contribuir com discussões sobre os processos de apagamento, dominação, mas também para difundir as informações encontradas em uma linguagem mais acessível por meio de exposições, criação de materiais pedagógicos, eventos culturais, entre outros, fomentando às discussões sobre patrimônio, memória e identidade, ao mesmo tempo em que inserem a herança negra e indígena enquanto bases da sociedade gravataiense que não podem ser esquecidas e precisam ser valorizadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KÜHN, Fábio. A Aldeia dos Anjos durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão. Gravataí: Prefeitura Municipal: Casa dos Açores do Rio Grande do Sul; Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011, 1ed. 1 t. p. 92-104.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em:

<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117–142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí**. Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-estar Social: Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação. Gravataí: EDIGAL – Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda. 1 ed. 1987, 209p.

MALDONATO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, 1ed. p. 31 – 61.

MARTHA, Agostinho; MARTHA, Marco Antônio Bandeira. **Nossa terra, nossa gente: a história de Gravataí 1730-1950**. COSTA, Amon; SANTOS, Ângela Maria Fonseca Barbosa dos; MELO, Leandro Nazari; JÚNIOR, Júlio Barbosa dos Santos; MARTHA, Pedro Bandeira (Org). Plana Comunicação: Gravataí, RS, 2022, 335p.

SMITH, Laurajane. **Class, heritage and the negotiation of place**. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.